V ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI MONTEVIDÉU – URUGUAI

DIREITO AMBIENTAL E SOCIOAMBIENTALISMO IV

JOSÉ FERNANDO VIDAL DE SOUZA

LIVIA GAIGHER BOSIO CAMPELLO

ROXANA LILIAN CORBRAN RIZZO

Copyright © 2016 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos.
Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI
Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UNICAP
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet – PUC - RS
Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim – UCAM
Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Maria dos Remédios Fontes Silva – UFRN
Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes – IDP
Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba – UFSC
Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Representante Discente – Doutoranda Vivian de Almeida Gregori Torres – USP

Conselho Fiscal:
Prof. Msc. Caio Augusto Souza Lara – ESDH
Prof. Dr. José Querino Tavares Neto – UFG/PUC PR
Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini Sanches – UNINOVE
Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS (suplente)
Prof. Dr. Fernando Antonio de Carvalho Dantas – UFG (suplente)

Secretarias:
Relações Institucionais – Ministro José Barroso Filho – IDP
Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho – UPF
Educação Jurídica – Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues – IMED/ABEDi
Eventos – Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta – FUMEC
Prof. Dr. Jose Luiz Quadros de Magalhaes – UFMG
Profa. Dra. Monica Herman Salem Caggiano – USP
Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR
Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr – UNICURITIBA
Comunicação – Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro – UNOESC

D598
Direito ambiental e socioambientalismo IV [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UdelaR/Unisinos/ URI/UFSM /Univali/UPF/FURG;

Coordenadores: José Fernando Vidal De Souza, Livia Gaigher Bosio Campello, Roxana Lilian Corbran Rizzo – Florianópolis: CONPEDI, 2016.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-5505-225-5
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: Instituciones y desarrollo en la hora actual de América Latina.

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Interncionais. 2. Direito ambiental. 3. Socioambientalismo I. Encontro Internacional do CONPEDI (5. : 2016 : Montevidéu, URU).

CDU: 34



Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito
Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br



Universidad de la República
Montevideo – Uruguay
www.fder.edu.uy

V ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI MONTEVIDÉU – URUGUAI

DIREITO AMBIENTAL E SOCIOAMBIENTALISMO IV

Apresentação

Os Anais que ora apresentamos refletem o desenvolvimento da produção científica e acadêmica do Direito Ambiental em face do movimento pelo Socioambientalismo, promovido no âmbito do grupo de trabalho que aconteceu no V Encontro Internacional do CONPEDI, Montevidéu - Uruguai, no mês de setembro de 2016.

Trata-se de um conjunto de artigos científicos permeado por profundas ponderações, análises e rediscussões, não apenas adstritas à retórica do positivismo jurídico, mas sobretudo pautadas por uma unidade ética e filosófica que converge para transformar a cultura social, econômica e política de práticas não sustentáveis, de agressão e degradação ao meio ambiente.

A proteção do meio ambiente, em toda sua abrangência e complexidade, demanda dos pesquisadores, não apenas da área jurídica, extrema dedicação e aprofundamento dos seus estudos. Nesse contexto, estes Anais do Grupo de Trabalho Direito Ambiental e Socioambientalismo expõem artigos científicos inéditos, os quais, dada a qualidade de seus autores e da pesquisa empreendida por cada qual, transformam a obra em uma contribuição inestimável para aqueles que desejam se aprofundar na compreensão da proteção jurídica do meio ambiente em seus mais diversos e densos aspectos.

Com efeito, para se ter uma ideia das sensíveis temáticas aqui desvendadas, cumpre-nos ainda que brevemente mencioná-las: (i) Bases institucionais do agronegócio brasileiro: onde está a política nacional de biossegurança?; (ii) Reparação de danos causados por contaminação de organoclorados: o caso Rhodia Cubatão-sp; (iii) A divisão Norte-Sul e o desenvolvimento sustentável: a universalidade com diferenciação internacional das responsabilidades ambientais; (iv) Unidades de conservação: as implicações da categoria área de proteção ambiental no Brasil; (v) a governança ambiental e os projetos de cooperação no Mercosul; (vi) O saber ambiental e a dimensão ambiental dos direitos humanos; (vii) O trinômio: homem x natureza x capital – subserviência e/ou servidão?; (viii) O necessário reconhecimento do saneamento básico enquanto pressuposto fundamental à vida humana digna e ao desenvolvimento; (ix) Mercado de crédito de carbono gerado por resíduos: sua importância para o desenvolvimento da américa latina; (x) Crise ambiental e pós-modernidade na sociedade de informação: alguns impactos para o desenvolvimento

fundamentos constitucionais do meio @mbiente digit@l no direito brasileiro em face da sociedade da informação e sua relação com os direitos humanos

São dignos dos recebidos aplausos, os trabalhos que neste momento compõem tão grandiosa obra, os quais tivemos a honra de moderar suas comunicações orais, na qualidade de coordenadores do GT. Nesse sentido, é preciso salientar que estes Anais, ora apresentados à comunidade acadêmica do CONPEDI, denotam verdadeira e inquestionável disposição intelectual de seus autores e autoras para enfrentar temas bastante delicados e disseminar legítimos interesses na defesa do meio ambiente e da sustentabilidade.

Enfim, consignamos nossos mais sinceros agradecimentos aos autores e autoras e desejamos a todos uma excelente leitura!

Prof. Dr. José Fernando Vidal De Souza - Docente do Programa de Mestrado da Universidade Nove de Julho

Profa. Dra. Lívia Gaigher Bósio Campello - Docente do Programa de Mestrado em Direito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Profa. Dra. Roxana Lilian Corbran Rizzo - Docente da Facultad de Derecho de la Universidad de la Republica - Montevidéu

O TRINÔMIO: HOMEM X NATUREZA X CAPITAL – SUBSERVIÊNCIA E/OU SERVIDÃO?

THE TRIPLET: MAN X NATURE X CAPITAL - SUBSERVIENCE AND/OR BONDAGE?

Elany Almeida de Souza [1]
Danielle Jacon Ayres Pinto [2]

Resumo

O presente artigo tem o intuito, a partir de uma abordagem dialética, refletir sobre a crise do capitalismo, indagando-se se esta influencia na atual crise ecológica, bem como busca compreender se a relação do trinômio homem x natureza x capital, resulta em uma postura de susbserviência e/ou servidão. O marxismo como teoria de base é o fio condutor para verificar se existe a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento que seja de fato sustentável e que seja apto a combater o discurso do mero crescimento econômico como único caminho a ser trilhado.

Palavras-chave: Homem, Natureza, Capital, Subserviência, Servidão

Abstract/Resumen/Résumé

This article is intended, from a dialectical approach, reflecting on the crisis of capitalism, questioning whether this influences the current ecological crisis and seeks to understand the relationship of man triad x nature x. capital, results in a posture of subservience and / or servitude. Marxism as the basic theory is the thread to see if there is a need for a new development model that is sustainable and that is indeed fit to fight the speech of mere economic growth as the only way to go.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Man, Nature, Capital, Subservience, Bondage

[1] Mestranda em Direito e Acadêmica do Curso de Relações Internacionais - UFSM. Bolsista CAPES. Lattes http://lattes.cnpq.br/7996952631283123 Correio eletrônico: elanyalmeidas@gmail.com.

[2] Professora Adjunta/UFSM, Doutora em Ciência Política na UNICAMP, Mestre e Graduada em Relações Internacionais pela Universidade de Coimbra. Lattes http://lattes.cnpq.br/2355082477420964 E-mail: danielle.pinto@ufsm.br

INTRODUÇÃO

A globalização, inclusive da economia, passou a buscar meios de evitar qualquer possibilidade de crises econômicas. Contudo, não se ateve e nem era o propósito, em se preocupar com as crises de outras ordens que pudessem vir a surgir face a padronização do modo de organização social e de produção standartizados, isto é, as consequências como as crises ambientais, os fluxos migratórios, dentre outros, todos decorrentes da má distribuição de riquezas, exploração da natureza e da força de trabalho.

Esse mundo perverso onde foi-se da escravidão ao consumismo, caracterizado por uma servidão moderna, permeia toda a complexidade das relações sociais e econômicas que envolve esse processo infinito que se sobrepõe ao respeito da dignidade humana e à natureza. O mundo e principalmente os países ditos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, na ânsia do crescimento a qualquer custo, adentraram na modernidade acreditando cegamente na ilusão da moeda forte, consumo fácil, e tiveram seu senso crítico anestesiado, o que os tornou mais uma vez, em mais um elemento na engrenagem do poder e do capital.

A nova divisão internacional do trabalho, e a busca por um espaço nas cadeias globais de valores como se observa até os dias de hoje, fez dos pensamentos econômicos liberais, uma bula a ser seguida indiscriminadamente e proliferou a ideia de irresponsabilidade social e moral das empresas, contribuindo para uma injusta e desigual lógica de distribuição de riquezas, reafirmando processos de exclusão social e naturalizando o que deveria ser rechaçado prioritarimente, como a fome, desemprego, desabrigo, fechamento de fronteiras etc.

Essas mazelas passaram a ser uma condição para a perpetuação dessa racionalidade de exclusão e não uma causa de perplexidade, de modo que o aparelho de Estado passa a justificar essa receita, não se opõe à ela, segue a lógica financeira e afasta a lógica da solidariedade.

A atual crise ecológica exige uma análise crítica do cenário econômico, político e social, no sentido de compreender a real influencia do capitalismo na relação do trinômio homem x natureza x capital, e como essas interfaces resultam em uma postura de susbserviência e/ou servidão. A teoria marxista se torna de grande importância para

desmistificar que a ideia do crescimento tenha direta relação com o desenvolvimento e que esse binônio corresponda a um progresso sustentável.

Para isso, necessário indagar se o atual modelo de desenvolvimento é sustentável ou não, ou se em verdade o que se preconiza é uma sustentabilidade do próprio capitalismo e para isso sirvam os Estados nacionais de todos os discursos possíveis a fim dessa legitimação.

O regime de acumulação financeira ditado pela mundialização do capital, demonstra que os verdadeiros interesses atendidos e os direitos que são violados reclamam um novo olhar, uma epistemologia ambiental complexa que fuja do conceito meramente econômico ou da simples valorização monetária dos bens ambientais.

O presente artigo apresenta-se em dois momentos estruturais. Em primeiro plano, abordar-se-á sobre os Estados nacionais e o regime de acumulação financeira. Em um segundo momento, falar-se-á acerca do trinômio, homem x natureza x capital e da imbricação dessa relação, para ao cabo, demonstrar que a atual crise ecológica é fruto da crise do capitalismo e que a superação desse cenário não decorre um processo de sustentabilidade do capitalismo por meio da servidão ou subserviência, mas sim da insurgência ao modelo posto.

Para fins de cumprir o objetivo, foi empregado o método monográfico, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, e como técnicas foram utilizados fichamentos e resumos. Como marco teórico, foram considerados os ensinamentos de Marx, Chesnais, Foladori entre outros que enfrentam as variáveis determinantes do tema proposto.

1 - OS ESTADOS NACIONAIS E O REGIME DE ACUMULAÇÃO FINANCEIRA.

Os Estados nacionais exercem um papel relevante na atual crise ecológica e como será verificado, o regime de acumulação financeira decorrente do processo de mundialização do capital é a mola mestra do capitalismo e infuencia diretamente no trinômio homem x natureza x capital e pode refletir em uma postura de susbserviência e/ou servidão.

O fenômeno da financeirização teve sua origem em um período compreendido e marcado pelo capitalismo dos anos 1980 e da primeira metade dos anos 1990, pautado pelo baixo crescimento do produto, redução de salários e desemprego em boa parte dos países, com enorme crescimento do valor dos ativos financeiros, conjuntura instável entrecortada por sobressaltos monetários e financeiros com alto poder de contágio entre os países, momento em que o capitalismo vive sob um regime de acumulação com dominância da valorização financeira, tendo constituído um modo de regulação adequado a esse tipo de acumulação, combinando os conceitos regulacionistas com o *approach* marxiano.

Nesse contexto, a esfera financeira é colocada como a protagonista sobre a qual deve recair a análise do processo de acumulação, sendo a pedra angular dessa nova construção, isto é, desse novo regime de acumulação, que teve sua gênese a partir dos anos 80, respaldada pelas políticas de liberalização e de desregulamentação decorrentes da "revolução conservadora" nos Estados Unidos e no Reino Unido.

Assim, há verdadeiro predomínio da economia sobre todas as outras esferas da vida social, ou seja, um sistema dominado pelas finanças, como cita (EPSTEIN, 2001, p.3):

> A financeirização refere-se à crescente importância dos mercados financeiros, motivos financeiros, instituições financeiras, e elites financeiras na operação da economia e suas instituições governantes, tanto ao nível nacional como internacional (EPSTEIN, 2001, p.3).

No regime de acumulação financeira, o capital portador de juros está situado no centro das relações econômicas e sociais, tendo como principal consequência a inserção desse tipo de capital no seio da própria acumulação produtiva, resultando no que denomina Aglietta de "capitalismo patrimonialista" (CHESNAIS, 1996).

Nessa toada, as instituições que se especializaram na "acumulação pela via da finança", como os fundos de pensão, fundos coletivos de aplicação, sociedades de seguros, bancos que administravam sociedades de investimentos, fundos de *hedge* etc tornaram-se, por meio dos mercados versáteis, proprietárias dos grupos empresariais mais importantes em nível mundial e consequentemente impuseram à própria acumulação de capital produtivo uma dinâmica orientada por um móvel externo, qual seja a maximização do "valor acionário"(CHESNAIS, 1996).

Há na verdade, uma nova configuração do capitalismo, onde o movimento da acumulação e seu conteúdo econômico e social concretos dependeriam umbilicalmente das posições econômicas e sociais que lhes fossem concedidas e conquistadas por formas muito concentradas de determinado tipo de capital.

A ideia de regime de acumulação advém, conforme aponta Chesnais à luz de Karl Marx, em especial nas observações feitas no livro II e em alguns capítulos inacabados sobre do livro III, onde afirma que o capital industrial não consiste apenas em excedente, mas na apropriação da mais-valia, ou seja, de excedente, e as demais formas de capital – capital mercadoria e capital dinheiro- sejam sempre dependentes da "base que este lhe fornece" é evidente que todas as nações que ingressam no modo capitalista de produção são contagiadas pelo desejo querer fazer dinheiro sem a intermediação do processo de produção. Assim, o processo capitalista seria a forma intermediária para se fazer dinheiro (principal motor), para que deste modo o dinheiro final fosse maior do que o dinheiro inicial (D › D') (CHESNAIS, 1996).

No tocante ao conceito do termo acumulação atinente à matéria aqui versada, este significa tanto o aumento dos meios e da capacidade de produção através do investimento quanto à extensão das relações de propriedade e de produção capitalista para países ou setores e atividades sociais ainda submetidos a tais relações, estas ideias estiveram presentes em obras de alguns autores, como nas obras sobre o Imperialismo de Lênin (CHESNAIS, 1996).

Nesse sentido, Marx elucida:

> "Se o modo de produção capitalista se apresenta como necessidade histórica de transformar o processo de trabalho num processo social, essa forma social do processo de trabalho se revela um método empregado pelo capital para ampliar a força produtiva do trabalho e daí tirar mais lucro." (Marx,2002,p.388)

A acumulação, se tomada nesse sentido, de extensão espacial/ou social das relações mercantis e de relação de propriedades capitalistas, expressa-se através de processos tais como a expropriação de produtores que ainda mantêm uma relação imediata com seus meios de produção, a integração (ou reintegração no caso de estados burocráticos) de países da esfera do mercado ou, finalmente, a incorporação das

atividades, não mercantis na esfera da valorização capitalista (por exemplo, atividades domésticas ou organizadas como serviços públicos pelo Estado). Assim, a acumulação é decisiva no duplo contexto do regime de acumulação com dominância financeira e das formas de mundialização possibilitadas pela liberalização, pela desregulamentação e pela privatização ligadas a ele (CHESNAIS, 1996).

É exatamente nesse sentido que os Estados Nacionais exercem influências, pois como aludido anteriormente, muitas vezes através de suas políticas internas político-econômicas ficam atrelados ao capital externo, desencadeando uma onda de liberalização, desregulamentação e privatização, contribuindo decisivamente para o nascimento e solidificação do fenômeno da financeirização, que após o fim do Padrão Ouro e do Sistema de Bretton decretado por Nixon em 1971 nos Estados Unidos, bem como a mudança para o Padrão Dólar, tornou esta última na moeda corrente internacional de maior confiança (CHESNAIS, 1996).

Não se pode esquecer é claro que ela mesma já vinha sofrendo especulações constantes desde a década de 50 no Padrão Dólar-Ouro em que as economias dos Estados mais pobres, na América Central e Latina por exemplo, endividam-se e entravam numa "bolha" sistêmica, que ao abrirem sua economia nacional ao capital exterior na forma de Investimento Externo Direto (IED), ingressavam num processo de dominação financeira, sendo subjugadas pelos países centrais e pelas instituições financeiras, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) que as obrigavam a adotar regras e padrões de forma a quitar suas dívidas que cada vez mais aumentavam e acentuavam a dependência e a desigualdade entre os países do primeiro e terceiro-mundo.

A acumulação pode ocorrer ainda pela apropriação, punção e centralização em direção a centros de acumulação mais fortes que outros no plano financeiro, organizacional ou institucional de frações do valor e da mais-valia gerados no âmbito de outras formas de organização social.

Esta seria a acumulação de capital que era promovida pelos Estados Nacionais europeus através da centralização e contração do capital apontada por Chesnais na obra *A Mundialização do Capital* e discutida por Ilan Lapyda na dissertação "*A 'financeirização' no capitalismo contemporâneo: Uma discussão das teorias de François Chesnais e David Harvey*" em que se analisa a influências de Marx no pensamento de Chesnais.

Outro aspecto de grande relevância, é a influência que os Estados Nacionais também exercem por possuírem tecnologia, seja como forma de monopólio, seja como forma de exportarem sobre altas taxas de juros com base em crédito e financiamentos.

Os Estados Nacionais são a mola mestra nesse sistema, mormente se for considerado que buscam securitizar suas dívidas para lucrarem em eventual crise do sistema financeiro que, teriam como epicentro os Estados Unidos da América (como ocorreu na crise imobiliária de 2008) haja vista os traços sistêmicos deste novo regime de acumulação e sua origem que está na base do capitalismo financeiro e suas formas de atuação (mecanismos).

Durante décadas até os dias atuais, o capitalismo financeiro passou a determinar as formas de organização da sociedade e seus modos de produção, de modo que as relações humanas e do homem para com o meio ambiente também sofreram influências desse modelo de acumulação, onde não só o que era produzido pelo homem, mas o próprio homem e a natureza passaram a ser mercadoria e nesse viés cabe chamar à reflexão de como as relações de meio se tornaram um fim em si mesmo.

Cabe agora abordar como esse processo de financeirização tem influenciado diretamente nas questões ambientais e como o trinômio homem x natureza x capital é objeto de discursos manipulatórios e que visam uma relação de subserviência e/ou de servidão.

2 - O TRINÔMIO, HOMEM X NATUREZA X CAPITAL – UMA RELAÇÃO DE SUBSERVIÊNCIA OU DE SERVIDÃO?

De início cabe aqui elucidar o significado das palavras subserviência e servidão a fim de melhor compreender a simbologia e mecanismos nos quais se dão a relação do homem x natureza x capital.

Subserviência, consoante Dicionário da Língua Portuguesa Houaiss (2012) é substantivo feminino, característica ou estado do que é subserviente; submissão, servilismo, comportamento de quem bajula, remetendo ao termo subserviente que traduz uma sujeição servil à vontade alheia, submissão voluntária a alguém ou a alguma coisa; servilismo.

Noutro passo, de acordo com o mesmo Houaiss (2012), a palavra servidão é substantivo feminino que significa serventia, escravidão, sujeição, dependência. Estado ou condição de servo ou de escravo; estado de dependência e de inteira submissão.

A partir do esclarecimento do significado dos termos acima, de antemão, pode-se extrair que qualquer relação que sejam permeadas pelos substantivos femininos subserviência e servidão, refletem uma relação hierarquizada, pois parte-se da ideia de que há uma relação desigual, onde há uma imposição de vontades.

É nesse viés que se busca aqui demonstrar que a discussão acerca da imbricação do homem e natureza, quem faz parte de quem e a ordem de prioridade - se é que existe - para o sistema capitalista, não altera a ordem dos fatores, quando o resultado da equação que se busca é o lucro (D-M-D) e não a satisfação das necessidades da coletividade, pouco importando a relação/interação existente entre a natureza e o homem, sejam como produtores de mercadoria ou assujeitados como a própria mercadoria.

Isso porque, a ideologia ocupa papel determinante nesse sentido quando a questão ambiental é colocada como um problema de ordem técnica, o que pressuporia que a inovação tecnológica fosse capaz de contornar as consequências advinda da exploração da natureza.

Essa capacidade redentora da técnica, como frisa Oliveira (2005) à luz de Porto Gonçalves, é em verdade um paliativo, um engodo, na medida em que as necessidades tanto do homem quanto da natureza são irrelevantes, pois a necessidade do dinheiro/lucro (D`) perpetuam uma corrente de apropriação da natureza. Essa relação de exploração traz à lume a verdadeira condição do homem e da natureza face à vontade do capital, pois estão os dois primeiros sob uma condição de ora servidão, ora subserviência.

Importante salientar que tanto o homem quanto a natureza ao longo da história da humanidade tiveram cada vez mais seus papéis reduzidos, tornando-se cada vez mais objeto, mercadoria e instrumento em favor da vontade do capital. Essa relação histórica de subserviência e servidão naturalizada e arraigada, invisibilizou inclusive o fato de que o processo de apropriação da natureza passou a ser quase que uma consequência lógica e necessária daqueles que detém o capital.

Nesse sentido, Marx é pontual quando diz:

> "O capitalista não é capitalista por ser dirigente industrial, mas ele tem o comando industrial porque é capitalista. O comando supremo na indústria é atributo do capital, como no tempo feudal a direção da guerra e a administração da justiça eram atributos da propriedade da terra." (Marx,2002,p.385-386)

Essa linha de raciocínio se faz necessária para trazer um víes crítico à atual condição que o homem e a natureza tem se colocado frente ao capital e como essa postura subserviente e de completa servidão tem comprometido a sustentabilidade do meio ambiente.

Dentre as posturas ecocríticas, cornucopianismo, ambientalismo, ecologia profunda, ecofeminismo, ecologia social/ecomarxismo, verifica-se que estas duas últimas é que de fato enfrentam a lógica da dominação como a raiz do problema no que se refere a questão ambiental. O ecofeminismo ao ressaltar a justiça ambiental em maior grau que a ecologia profunda, traz à tona uma opressão que decorre do próprio sistema capitalista e sua forma de produção que é dominador e violento (GARRAD, 2006, p. 41-47).

É o ecomarxismo e a ecologia social, na esteira do ecofeminismo, porém com maior ênfase, que demonstra claramente que não é o antropocentrismo a causa única e primeira dos problemas ambientais, mas sim dos sistemas de dominação ou exploração dos seres humanos por outros seres humanos.

A ideia de limites ecológicos não passa de uma falácia, espécie de mistificação, pois a escassez tanto adotada como razão instrumental é criada por formas capitalistas de produção que dependem da manipulação de oferta e procura. A escassez é, portanto, uma função da vontade e dos meios do capital (GARRAD, 2006, p. 47-48).

O que o ecomarxismo e a ecologia social sugerem é uma economia planejada com base na necessidade e não na ganância, que permita um convívio sustentável e de democracia participativa, apto a fazer frente ao poder e alcance penetrante do capital global, de modo a retirar símbolos e a dessacralizar discursos ideológicos que cegam (GARRAD, 2006, p. 47-51).

Assim, a redução da insustentabilidade preconiza a criação de mecanismos que reduzam o abismo entre as capacidades tecnológica do primeiro mundo e a semiperiferia, isto é, as nações emergentes, haja vista que ao contrário do que ocorre nos primeiros, estes últimos tendem a ver as medidas de sustentabilidade como sacrífico do seu próprio

crescimento econômico e nem sequer vizualisam como uma alternativa para novos mercados e novos negócios.

Nesse sentido, necessário que seja proporcionado ao 'segundo mundo', esquemas de cooperação para montagem de seus sistemas de ciência, tecnologia e inovação e não dependam mais das perversas transferências de tecnologia. Para isso imprescindível investimento em educação científica (VEIGA, 2010, p. 27-31).

Por óbvio, quebrar essa hegemonia é completamente contrária à lógica que tem mantido o capital como o único ator impositor de vontades. Mas além do que discutir essa relação hierarquizada pautada por vontades que representam determinada face do poder, há que se atentar que esse palco geográfico onde essas relações são desenvolvidas, tem uma finitude.

Assim, o foco do debate não é exatamente salvar o planeta, pois o que na verdade está em perigo é a possibilidade de que a espécie humana não consiga evitar que seja acelerado o processo de sua própria extinção, ou seja, a preocupação de que a capacidade exarceba a falha metabólica entre sociedades humanas e a natureza.

Inegável portanto, que a artificialização que em tese trouxe o progresso da humanidade, coloca em risco seus alicerces vitais, de maneria que discutir de fato o valor da sustentabilidade implica necessariamente em ter humildade de assumir o caráter passageiro da existência humana e aprender a cuidar da biocapacidade dos ecossistemas dos quais depende (VEIGA, 2010, p. 34-36).

A tecnologia e suas implicações para o comportamento humano em face o meio ambiente demonstram que as relações técnicas descrevem o processo de produção em seu sentido formal, como inter-relação entre o ser humano e a natureza, para mudar a forma desta. As relações sociais de produção, por sua vez, dão conta da trama que se estabelece entre seres humanos no processo produtivo (relação entre congêneres), como resultado da maneira como estão distribuídos os meios de produção (FOLADORI, 2001, p. 83).

Nessa esteira, Harvey esclarece:

> As mudanças tecnológicas e organizacionais não são um deus ex machina, mas estão profundamente enraizadas na coevolução de nossa relação com a natureza, os processos de produção, as relações sociais, as concepções mentais de mundo e a reprodução da vida cotidiana"(HARVEY, 2013, p. 228)

As relações técnicas como chave para entender a crise ambiental e o destino ecológico da humanidade apontam controvérsias sobre suas causas, onde uns apontam

que o problema é o alto nível tecnológico ligado ao uso de energias não renováveis. Já os otimistas creem que é o desenvolvimento tecnológico que será capaz de superar a crise ambiental. Por outro lado, há os que sustentem que a causa da crise ambiental tem origem nas relações sociais de produção capitalista (FOLADORI, 2001, p. 84)

Necessário portanto, partir de uma análise das relações técnicas, demonstrando que são as relações sociais que transformam a relação genérica sociedade-natureza em uma relação histórica entre classes sociais. Ainda que as relações técnicas possuam certo grau de independência, o pólo das relações sociais é o atrativo que governa (FOLADORI, 2001, p. 84)

A grande dúvida é: em qual patamar de urgência encontra-se a busca da sustentabilidade? Essa pergunta é crucial para saber se os envolvidos diretamente em modificar as previsões drásticas com relação ao meio ambiente tem consciência de que na noção de sustentabilidade está contida a busca pelo bem-estar, a paz, a democracia, pois é com a conservação de suas bases materiais que será possível a conservação dos ecossitemas.

Nesse condão, não há como fugir da análise de que o homem e a natureza tem sido subjugados à hegemonia do capital, pois a sustentabilidade que compreende múltiplas facetas, tem sido desvirtuada e instrumentalizada para atender propósitos de um poder que traz no discurso do progresso e do desenvolvimento uma manta de imunidade que sacraliza seus argumentos e torna imperceptível o perigo desse caminho sem volta.

Esse grau de prioridade há de demonstrar a quantas anda a consciência de que o modelo de civilização atual está caindo em um abismo que ela mesma criou, bem como questionar se é possível superar esse abismo através de investimento à inovação, adaptações e reformas instrumentais. Trata-se em verdade, de responsabilidade pelas oportunidades e limites que condicionarão as gerações futuras da espécie humana. (VEIGA, 2010, p.37-40).

Verifica-se desse contexto, que a banalização do conceito sustentabilidade, ao ser adotada ao longo dos anos para tudo, não representou necessariamente uma evolução ou uma mudança dos fatores que contribuem para a insustentabilidade, mas pelo contrário, os determinantes pelo progresso continuam sendo os conceitos preconizados pela economia clássica, como o desenvolvimento econômico medido pelo produto bruto, interno (PIB) ou nacional (PNB) e traçado por filosofias morais.

Assim, a dicotomia que envolve o tema da sustentabilidade também demonstra uma assincronia, haja vista que enquanto alguns países começam a discutir a

possibilidade de prosperidade sem crescimento, os países mais periféricos ainda ‘precisam’ começar a crescer e, com relação aos países intermediários, dentre eles o Brasil, a questão está na qualidade do crescimento.

Note-se que ao se falar em qualidade do crescimento, o que é relevante apontar é que o desenvolvimento de uma sociedade está diretamente ligado a maneira como ela aproveita os benefícios de seu desempenho econômico para expandir e distribuir oportunidades de acesso à saúde, educação, emprego, liberdades cívicas, dentre outros e não necessariamente como esses fatores contribuem para uma maior acumulação de capital (VEIGA, 2010, p.40-50).

Essa insustentabilidade tem sido objeto de discussões em diversos fóruns pelo mundo, pois o esgotamento dos recursos naturais e o avanço das grandes potências em direção dos países que ainda detém grande biodiversidade, apontam por uma busca desenfreada pela exploração da natureza, mas que traduzem unicamente uma corrida pelo equilíbrio de poder e essa fonte de poder está na força do trabalho do homem e nos recursos que a natureza pode prover, ambos transformados em mera mercadoria.

Assim, a agonia da era fóssil demonstra que o que está em jogo é o risco que decisões imprudentes podem contribuir para acelerar o processo de extinção da espécie humana. O debate tecnológico, econômico e político dada as suas especificidades, demonstram a necessidade de levar a discussão e prática da emergência de soluções que viabilizem a substituição de energias fósseis por renováveis, do custo econômico desse processo, bem como sobre os arranjos políticos internacionais capazes de acelerar a superação da era fóssil (VEIGA, 2010, p.53-55).

É notório portanto, que a questão ambiental envolve uma análise sistêmica de fatores englobantes, mas em específico ao que se refere ao baixo carbono, deve-se objetivar descobertas de novas fontes que não as fósseis. A complexidade do cenário internacional e como a passividade no que respeita ao contexto do esgotamento das reservas de carvão, petróleo e gás, intensifica a corrida por equilíbrio de poder e possíveis conflitos bélicos face as desigualdades de acesso a tais recursos.

Nesse sentido, importante salientar que as nações que dominarem esse processo de mudança serão as detentoras de maior valor agregado deste século e lograrão êxito as que se anteciparem em políticas públicas e instituições aptas a induzir a nova onda de energias limpas, como também assumirem uma postura de insurgência face a esse modelo autodestrutivo.

A crítica está que a atribuição de responsabilidades foram tratadas nos últimos anos foram as referentes ao passado e ao presente, e a preocupação com as condições de vida das próximas gerações foi negligenciada, por isso o tema da sustentabilidade, embora badalado, até o momento não atendeu aos fins a que se destina (VEIGA, 2010, p.85-89).

Nesse diapasão, não há dúvidas que os grandes emissores de gases-estufa devem assumir compromissos de autocontrole e para isso, indispensável um concerto internacional apto a constranger governos que não os cumpram.

Compromissos também devem ser assumidos pelos governos de que maneira imprudente e muitas vezes criminosas incentivam a exploração da natureza por diversos meios a fim de atender interesses econômicos e sem qualquer responsabilidade ambiental tanto no aspecto local, das populações diretamente envolvidas, como também do danos transfronteiriços.

Do contrário, como aludido acima, no que respeita a segurança global, a distribuição geopolítica das principais fontes de energias fósseis torna inevitável a proliferação de conflitos bélicos como resultado da corrida pelo equilíbrio de poder. Estar-se-ia a falar em uma efetiva cooperação científico-tecnológica, onde a descarbonização global fosse viabilizada por meios que não o da transferência de tecnologia (VEIGA, 2010, p. 90-97).

Cumpre salientar ainda, que o aquecimento global e a expansão demográfica, forças que tem moldado o mundo nos útimos anos, demonstram que o papel decisivo de países desenvolvidos, em especial os EUA, é o de abandonar seu comportamento de "geração gafanhoto", devoradora de riquezas acumuladas e naturais, e parar para pensar e agir no sentido de proteger as geração futuras e não deixar um enorme déficit econômico e ecológico.

Nessa toada, Veiga à luz de Milton Friedman, elenca cinco grandes problemas: a) a demanda cada vez maior por recursos naturais, com suprimento de energia cada vez mais escassos; b) a transferência de divisas para os ditadores das principais potências petrolíferas; c) a drástica mudança climática; d) a pobreza energética que divide o mundo entre os que tem e os que não tem acesso à eletricidade; e) a acelerada erosão da biodiversidade (VEIGA, 2010, p. 104-105).

Como visto, somente agora no segundo mandato de Obama é que algum sinal nesse sentido tem sido visto, mas sem resultados efetivos, sobretudo pela protelação em reconhecer a finitude dos recursos naturais no planeta, ou seja, a necessária humildade de

assumir o caráter passageiro da existência humana e aprender a cuidar da biocapacidade dos ecossistemas dos quais depende.

Esse debate nas diversas regiões do mundo levam em conta indicadores que não necessariamente traduzem a realidade do impacto que a economia e suas regras causam na natureza, pois seus ditames preconizam a acumulação de capital via financeirização de tudo que possa ser comercializável, e nesse nicho a natureza e seus recursos naturais tem sido uma das maiores objetos de exploração.

Importante observar que no tocante a inércia do PIB e de mais indicadores adotados e arraigados no âmbito da economia convencional clássica, é inacreditável que as estimativas de qualquer dano ambiental ou deplação de recursos naturais não tenham sido levados em consideração no que concerne a aferição do bem estar econômico sustentável.

Outro ponto crucial é a questão da precificação de danos ambientais, eis que entende-se ser um exercício arbitrário atribuir grandezas monetárias a prejuízos ou ganhos que não são passíveis de ser precificados.

Assim, medir desempenho econômico, qualidade de vida e sustentabilidade ambiental do processo, são coisas diversas. PIB e PNB não guardam relação direta com sustentabilidade, razão pela qual necessária a superação da contabilidade produtivista. Se PIB significa progresso, a pergunta que se faz é: o que é progresso? (VEIGA, 2010, p. 113-118).

Saliente-se que o PIB não faz distinção entre o que é produtivo e o que é destrutivo, entre despesas que elevem ou rebaixem a condição humana, não inclui as depreciações de recursos naturais, pois só dá importância à produção de mercadorias e ao capital físico.

Aliás, o PIB só superestima a renda de uma nação (que deve refletir a quantidade máxima de bens e serviços que atualmente pode consumir sem minar sua capacidade futura de absorver idêntica quantidade de produtos e serviços), ou seja, o PIB só considera a depreciação do capital físico, estrito senso. Concebido no intuito de avaliar a capacidade bélica, o PIB é o contrário do que poderia tratrar-se de uma medida de sustentabilidade (VEIGA, 2010, p. 118 e 127).

Assim, falar em prosperidade significa tratar sobre a melhora real da condição de vida das populações, não mais vinculada às avaliações de desempenho econômico, mas também no que se refere aos benefícios dele esperados no que toca a qualidade de vida.

Trata-se pois, de uma revisão de metodologias, ter a consciência de que não é mais possível a melhoria da qualidade de vida que ignore seus limites ecológicos, que não avalie o excesso de pressão sobre os recursos naturais, ou seja, algo que fuja do atual sistema de contabilidades nacionais (VEIGA, 2010, p. 128-132).

Na linha dessa mesma dismistificação, importante mencionar que não há razoabilidade em comparar pegadas ecológicas com biocapacidades locais, pois o correto seria compará-las à biocapacidade global, sobretudo porque pegada não é indicador de sustentabilidade de um país ou região, mas sim um indicador de sua contribuição à insustentabilidade global, ou seja, aponta a que distância se está da sustentabilidade (VEIGA, 2010, p. 136).

Nesse passo, Amartya Sen entende que o desenvolvimento deve ter relação direta com a qualidade da vida e das liberdades que o indivíduo possa usufruir, pois a expansão dessas liberdades enriquece e permite a completude do papel dos seres humanos como instrumentos de mudança, para além da produção econômica, incluindo um desenvolvimento social e político (SEN, 2010, p. 29).

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo se propôs a analisar, dentro de uma abordagem dialética, a crise do capitalismo e sua influência na atual crise ecológica. Verificou-se que essa influência é marcante nas relações sociais de produção, bem como nas relações entre o homem e natureza, eis que a imposição do crescimento econômico a qualquer custo, resulta em uma postura ora de susbserviência, ora de servidão.

A urgência de um outro modelo de desenvolvimento que seja de fato sustentável e que seja apto a combater o discurso do mero crescimento econômico como único caminho a ser trilhado, aponta que são os Estados nacionais o ator principal nesse cenário de desequilíbrio.

A busca incessante pela acumulação de capital, a falta de limites para alcançá-lo, demonstram que a atual crise ecológica é fruto da crise do capitalismo e que a superação desta exige uma postura de insurgência.

Nesse sentido, o estudo realizado aguçou ainda mais incertezas acerca da problemática, eis que a lógica de autodestruição imposta pelo capital tem colocado o

homem e as das demais formas de vida em uma situação de total subserviência e servidão aos seus exclusivos interesses.

A natureza não pode ser apenas palco, espaço geográfico, onde o econômico como ator hegemônico, atua e dita seu roteiro de sucesso e perversidade.

Reconfigurar essa relação hieraquizada entre homem, natureza e o capital se faz necessária e urgente. Rever os papéis de cada um no cenário de desenvolvimento da humanidade é tarefa que exige uma visão crítica e sistêmica da complexidade do mundo e das relações sociais e econômicas que as envolvem, pois uma análise hierarquizada e compartimentada não revelam as aporias existentes e muito menos contribuem para uma solução sustentável em todas as suas multifacetas.

REFERÊNCIAS

CHESNAIS, François: A Mundialização do Capital. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

EPSTEIN, Gerald. Financialization, rentier interests and Central Bank Policy. PERI Conference on "Financialization of the world Economy", December, 2001.

FOLADORI, Guillermo. LIMITES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Tradução: Marise Manoel. Campinas. SP. Editora Unicamp. 2001.

GARRAD, Greg. Ecocrítica, Brasília: Editora UnB, 2006.

HARVEY, David. Para entender O Capital: livro 1. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

HOUAISS, Antônio. Minidicionário da língua portuguesa. Antônio Houaiss e Mauro e Salles Villar; elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Bando de Dados da Língua Portuguesa. 4. Ed. Rev. e aumentada – Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: Livro primeiro: o processo de produção do capital. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

OLIVEIRA Leandro Dias de. A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável: notas para reflexão Revista Tamoias— Julho / Dezembro 2005, Ano II, nº02.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. Trad. Laura Teixeira Motta, revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.
VEIGA, José Eli da. SUSTENTABILIDADE: a legitimação de um novo valor, São Paulo: editora SENAC, 2010.